

A 'Crise' nas Ciências Sociais: Reflexões Sobre a (des)atualidade dos Paradigmas Sociológicos Clássicos no Contexto da Globalização

Alex Fiuza de Mello
Departamento de Ciência Política/CFCH/UFPA

Resumo: As décadas de 60/70 consagraram um longo debate acadêmico sobre o que se convencionou denominar por "crise dos paradigmas" nas ciências sociais. Com a emergência das reflexões atuais sobre globalização, a questão volta à cena, tematizada porém sob outros ângulos de abordagem. A atualidade ou não dos clássicos permanece, assim, na ordem do dia, como desafio teórico para todos aqueles interessados na inteligibilidade das relações, processos e estruturas constitutivos da nova ordem social neste final de século.

Palavras-chave: ciências sociais, crise paradigmática, globalização, teoria sociológica clássica.

A 'Crisis' in the Social Sciences: Reflections on (non)current Classical Sociological Paradigms in the Context of Globalization

Abstract: During the 1960s and 70s a lengthy academic debate was waged over what has conventionally been denoted as the "crisis of paradigms" in the social sciences. With the emergence of present day reflections on globalization, the issue has again become an item of discussion, albeit from other viewpoints. Thus the current, or non-current status of the classic paradigms constitute the agenda as a theoretical challenge for those interested in rendering, at this century's end, the relations, processes and constitutive structures comprising the new social order more intelligible.

Key words: social sciences, paradigmatic crisis, globalization, classical sociological theory.

1 CONTEXTUALIZANDO O SENTIDO DE CRISE

Enquanto razão crítica de seu tempo, as ciências sociais refletem e exprimem as convicções, dúvidas e perplexidades do curso da história, movidas pelos acontecimentos de cada época e lugar, contexto e cultura, revelando-se simultaneamente efeito e causa na dialética do jogo das interações humanas. Elaborando a crítica da razão pura e instrumentalizando aquela da razão prática, vivem ao interno de sua própria dinâmica as contradições de um tipo de **saber** que transita permanentemente nas fronteiras

entre ideologia e ciência, utilitarismo e utopia, razão e revolução, tensionando e sendo tensionadas pelos movimentos que atravessam transversalmente consciência e ação, concepções e práticas humanas. Assim, as ciências sociais constituem-se, de *per se*, um **fato social**, objeto de investigação de seu próprio "olhar" e que, *pari passu* aos processos de transformação do mundo real, necessariamente são afetadas e interpeladas nas suas elaborações propositivas, seja em suas formulações particulares ou mais gerais como em seus fundamentos axiomáticos. De alguma forma e em razão direta de tais **vínculos ontológicos**, as ciências sociais

(como de resto os demais campos do conhecimento) sempre experimentaram tensões no terreno do embate intelectual, circunstancialmente resultantes da confluência de dois fatores básicos: a) os interesses cognitivos dos objetivos práticos dos atores em cena (indivíduos, grupos, classes, nacionalidades...); b) as idiosincrasias inerentes à lógica interna do próprio debate acadêmico a respeito do método científico e da busca da “verdade objetiva”. Intrinsecamente ligados no plano da historicidade, embora passíveis de distinção no plano lógico, tais fatores, condicionados pelas necessidades de cada contexto, moveram e revolucionaram o mundo das idéias e das coisas, o sentido da existência, a razão de ser, a visão do ser, a consciência dos limites e das possibilidades, o universo das crenças, as formas de sociabilidade, estruturas e instituições, o ritmo da vida social, a cotidianidade, as práticas, valores, tradições, a base material de cada sociedade, a consciência do homem sobre si mesmo e seu destino, o devir, as paixões e as utopias. A mesma razão iluminista que colocou o homem no centro do universo como seu novo e único “deus” e forjou noções otimistas de “progresso” e de “devir”, na busca do conhecimento das leis de causalidade que movem os indivíduos, ao “desencantar” o mundo pelo domínio crescente de seus “segredos”, materializou a modernidade como patamar de um novo tipo de civilização, cujo desenvolvimento, apoiado nas conquistas da ciência e da técnica - e sintetizadas no padrão industrial de produção e decorrente racionalização das práticas sociais - ao mesmo tempo maravilhou e desencantou corações e mentes.

Produto inacabado de sua própria era, onde **tudo que é sólido desmancha no ar**, as ciências sociais nascem sob o signo dessa crise de estupefação do homem consigo mesmo, deixando transparecer nos *insights* de seus artífices fundadores (os **clássicos**) verdadeiros *feelings* que pendulam entre o otimismo

e o ceticismo, as potencialidades e os limites, a fé e a descrença no império mundial da **nova ordem**. Marx, Tönnies, Durkheim, Weber e tantos outros, segundo cada *weltanschauung* e estilo, exultam e lamentam *all at once and simultaneously* o sentido revolucionário e escravizador do capitalismo, a passagem do tipo de vida de ethos comunitário para aquele em sociedade complexa, a substituição da **solidariedade mecânica** pela **orgânica**, a racionalização da vida e o conseqüente vazio existencial das relações tornadas impessoais. A razão da história, a natureza da modernidade e o sentido (teleológico ou não) do devir, são temas interligados que expõem as várias faces das interrogações e buscas no esforço de compreender e/ou explicar as “leis” de desenvolvimento desse “organismo” muito singular chamado **Sociedade**.

A história das ciências sociais confunde-se, assim, com a história da modernidade, traduzindo parte da aventura humana em decifrar o mundo e sua própria trajetória através de instrumentos e recursos não mais fundados na razão metafísico/teológica, mas naqueles da observação, comparação, experimentação (por indução ou dedução) de fenômenos palpáveis e perceptíveis aos sentidos e à razão crítica. Ao mesmo tempo, a produção dinâmica desse conhecimento submete-se ininterruptamente ao crivo da crítica social decorrente dos dois fatores; já referidos; e os referenciais teórico-epistemológicos formulados num determinado momento e sob critérios específicos têm que demonstrar sua eficácia e resistência aos testes e provas que lhes são interpostos no “campo de batalha”. A sensação de **crise**, quer no sentido kuhniiano de momento extraordinário de ruptura paradigmática, quer naquele popperiano de tensão constante e normal na prática científica, sempre está assim a rondar os vários ideários e ordenamentos teóricos, questionando sua validade e aplicabilidade em cada contexto histórico.

Com o final da II Grande Guerra (e certamente sob o tempero do início da Guerra Fria), os fundamentos sociológicos herdados dos clássicos começaram a ser questionados na Europa e EEUU por um movimento teórico que passou a preconizar a necessidade de abandonar-se as grandes abordagens globalizantes e holísticas em favor de estudos voltados agora ao enfrentamento de temas/questões mais específicos e conjunturais, de natureza microsociológica (estruturas e processos sociais de dimensão e significados mais específicos e determinados), em tese e supostamente mais “adequados” às exigências de um momento histórico de reconstrução urgente da ordem econômica e política internacional, cujos desafios “imediatos, localizados, setoriais, quotidianos, de normalização e ordenamento dos problemas sociais” (Ianni, 1990, p. 90) pareciam ser inadequadamente satisfeitos pelos cânones tradicionais do pensamento sociológico, exigindo novas formulações de alcance heurístico “intermediário” ou de “médio alcance” (Cf. Bourricaud, Mannheim, Marshall, Merton, apud Ianni, 1990). No centro do debate, preconiza-se uma visão mais voltada a dar conta dos indivíduos concretos, dos atores sociais, das ações humanas e seus significados, abandonando-se os grandes marcos da metodologia “coletivista” clássica, voltada à tematização dos processos-macro e dos grandes conjuntos e sistemas sociais. Ao invés de “noções obsoletas” (ou “vazias”) como as de sociedade, história, classe social, nação, divisão do trabalho social, industrialismo, capitalismo, revolução, imperialismo, voltadas mais a uma compreensão da totalidade da sociedade humana em suas manifestações mais gerais e de suas leis tendenciais e mais universais de desenvolvimento histórico, “agora o objeto da sociologia deveria ser o indivíduo, ator social, ação social, movimento social, identidade, diferença, quotidiano, escolha racional, (...) o poder militar, a guerra” etc, unidades de estudo e objetos

teóricos de escopo manejável, como diria T. H. Marshall (apud Ianni, 1990). É nesse ambiente que, pouco a pouco, como observa Ianni, vão formulando-se novas teorias sociológicas, tais como o(s) estruturalismo(s), neofuncionalismo, estrutural-funcionalismo, fenomenologia, etnometodologia, hermenêutica, sociologia da ação, individualismo metodológico (e no âmbito deste, a teoria da escolha racional) e outras, da mesma forma que surgem temas inéditos e métodos de investigação, ao mesmo tempo em que se inauguram outras linguagens (Marshall, apud Ianni, 1990).

Mais recentemente, considerando-se as três últimas décadas - mas ao mesmo tempo como desdobramento dos acontecimentos originários no pós-guerra - as ciências sociais vêm conhecendo novas formas de interpelação que se revestem dos mais diferentes matizes e clivagens que, contudo, exprimem ângulos distintos (e complementares) circunscritos a uma mesma problemática, que alguns autores acentuam como originária da crise do padrão de acumulação que sustentou o crescimento intensivo do capitalismo do pós-guerra até o final dos anos 60 (fordismo/keynesianismo/welfare state), enquanto outros, num recorte teórico para além do viés da simples dinâmica do capital, entendem como conformação de um novo momento da história planetária em que emerge uma sociedade **globalizada**, de alteridade distinta da do passado porque hipoteticamente instituída por processos e estruturas que ultrapassam as institucionalidades tradicionais fundadas no Estado-nação, nas classes sociais, nas culturas locais.

De uma forma ou de outra, as evidências objetivas das transformações neste *fin de siècle* são inúmeras. Adam Schaff (1993), por exemplo, transpira as preocupações inerentes ao ingresso nesse “novo tempo”, cheio de potencialidades, mas também de incertezas e perigos, cujas transformações revolucionárias da ciên-

cia e da técnica - sintetizadas pelas conquistas da tríade microeletrônica, microbiologia e energia nuclear - necessariamente desembocam em modificações nas relações sociais e padrões de comportamento até então vigentes, interferindo desde os pequenos objetos de uso cotidiano e seus costumes, até as aplicações amplas de supercomputadores nas indústrias (como a robótica), nos sistemas de comunicação e no campo dos demais serviços, lastreando novos códigos (linguagens) de **interatividade**. Michael Manley (1987) chama a atenção para outros alcances da crise global da ordem internacional, caracterizada como "crise múltipla" - de idéias, interesses e instituições - e por ele reconhecida como "a pior desde os anos 30" - e mesmo mais grave que aquela, dado o reduzido crescimento real da economia, as contrações comerciais periódicas, níveis recordes de desemprego e o aumento da pobreza em níveis extremos (Manley, 1987). Mais importante parece ser a percepção de que o dualismo pobreza/riqueza, subdesenvolvimento/desenvolvimento, polariza não simplesmente as relações entre países, mas perpassa igualmente as condições de vida inerentes a classes e segmentos sociais no interior das várias sociedades nacionais (inclusive as industrializadas), identificando situações de fartura e de miséria também a nível **transnacional**. Michalet (1984) caracteriza este período de reordenamento do capitalismo mundial como "passagem do intercâmbio internacional à internacionalização da produção". Seja sob o conceito de "mundialização" ou de "globalização", os detalhes semânticos se prestam a significar um mesmo fenômeno: o capitalismo metropolitano (norte-americano, europeu e, recentemente, japonês), na busca de articular novas estratégias de acumulação, iniciou um processo crescente de descentralização de sua produção industrial, distribuindo-a por regiões/países localiza-

dos fora das fronteiras das "matrizes", mas sob controle das economias de origem. Em pouco tempo, essa "multinacionalização", por razões que vão desde a generalização de certas formas de organização gerencial e técnica da produção até a homogeneização de padrões de consumo em escala mundial - passando pelas questões políticas que envolveram os movimentos de independência de certos Estados (com a "nacionalização" dessas empresas) - dialeticamente resultou no surgimento de uma espécie de "nova entidade", dotada de institucionalidade própria, desconhecida em sua configuração em tempos pretéritos da história do capital: a **Empresa Transnacional**, cujo significado sociológico envolve uma dupla dimensão: a) o surgimento, desenvolvimento e institucionalização de estruturas de gestão em escala mundial; b) a transcendência, em função desta escala de atuação, dos limites do Estado-nação enquanto instituto dominante e dirigente das relações econômicas e políticas no âmbito do contexto global.

Ao se mimetizarem em novos agentes do cenário internacional, as empresas transnacionais desenvolvem um poder de intervenção e de decisão apenas comparável ao dos Estados-nação, com a diferença que essa "soberania" se exerce simultaneamente no interior de inúmeras territorialidades (nacionais), condicionando governos locais e articulando-os, no interior das possibilidades de cada conjuntura, em função de um projeto maior que não tem mais emblemas, nem hinos ou bandeiras de cores e sentidos circunscritos à dimensão da modernamente construída noção de nacionalidade. As multicausalidades que podem explicar historicamente a nova arquitetura dos mecanismos das relações internacionais e das transformações societárias são inúmeras. Sejam as tensões oriundas da divisão bipolar entre blocos (capitalista e

socialista) que durou até o final dos anos 80 - cujas nuances da "guerra fria" e suas implicações geopolíticas foram sem dúvida determinantes à rearrumação das peças no tabuleiro do jogo pela dominação planetária; sejam os esforços do capital em, diante da crise do início dos anos 70 - caracterizada, segundo autores como Piore e Sabel (1986), como esgotamento do paradigma tecnológico voltado à produção de bens para consumo de massa - gerar um novo modelo daquilo que Aglietta (1979) e Boyer (1986) chamaram de "modo de regulação" - isto é, um conjunto de novos padrões tecnológicos de produção e condições de reprodução dos assalariados que, remodelando os comportamentos individuais e grupais (normas, hábitos, leis etc), viessem garantir um regime de acumulação estável por um novo período de tempo e a partir da criação de novos campos de necessidades e, portanto, de consumo (passagem do modelo fordista-keynesiano para o que se está chamando na literatura internacional de "pós-fordismo"); sejam ainda por razões associadas aos "efeitos" da globalização (que alguns autores adjetivam como "capitalismo mundial", ou "ocidentalização universal", ou "pós-industrialismo" etc), o fato é que tais transformações impõem-se como um **dado empírico** à reflexão filosófico-sociológica e desafiam as ciências sociais a repensarem o mundo sob a ótica de um novo tipo de "percepção". Isto coloca sob crítica contundente as formas tradicionais de movimento epistemológico, seja o enfoque que parte do "indivíduo" para a "coletividade" (o grupo, a classe, a nação), como aquele inverso, que se move da "sociedade (com recorte "nacional") para o "indivíduo".

A expressão dessa **crise** se traduz internamente aos campos da Sociologia, Economia, História, Antropologia e Ciência Política enquanto **debate me-**

todológico (para além do teórico-substantivo), estabelecendo premissas para revisões e enfrentamentos dos modelos de análise tradicionais. Novas tensões são estabelecidas: primazia das **estruturas** como princípio explicativo *ultima ratio* da realidade social ou individualismo metodológico? Macro ou microperspectiva analítica? Teorias de **médio-alcance** como solução conciliadora? Ou um **novo movimento teórico** revisor dessas tradições, estabelecendo pontes de mediação entre a estrutura social e a ação contingente?

Sem dúvida alguma, este é um eixo importante de abordagem da **crise** nas ciências sociais contemporâneas e pode ser recuperado, por exemplo, a partir da leitura de trabalhos de síntese como o de Jeffrey C. Alexander relativamente ao **Novo Movimento Teórico** (Alexander, 1987). Uma outra perspectiva de análise, contudo, desloca o prisma da leitura para um outro ângulo da questão e que pode ser resumido no seguinte: **os fatos novos em curso na história recente, particularmente aqueles decorrentes do processo de globalização, evidenciam problemas singulares para os quais os cânones herdados das macroteorias dos modelos clássicos não mais oferecem soluções teóricas satisfatórias? Ou em outras palavras: tornaram-se os clássicos (nos seus fundamentos), em função da globalização, referenciais obsoletos?**

O circuito onde provavelmente esta polêmica ganha mais fôlego é no interior do debate **modernidade x pós-modernidade**, cujo embate teórico pode ser sintetizado, com o perigo de empobrecer outras dimensões da querela, no seguinte: para os **pós-modernos**, de fato estamos ingressando numa época cujo suposto novo "ethos" revela a passagem a um inédito tipo de sistema social, cujo modo de produção e dinâmica social, em

suas múltiplas objetivações, representam uma ruptura ao que se convencionou conhecer como “modernidade” (padrão econômico de vida, organização social, costumes, práticas e valores gestados a partir dos séculos XVII/XVIII na Europa, com os albores da revolução industrial). Já os que defendem a lógica da modernidade, os assim ditos **neo-modernos**, contrariando e criticando tal “sentimento heterodoxo” - julgado expressão refinada de uma nova onda de irracionalismo - entendem que a “mundialização” - cuja “alteridade” parece encontrar na informatização dos principais processos que conectam a vida social hodierna seu “emblema-tipo” de evidenciação - ao invés de apontar a gênese de uma sociedade para-além do modelo industrial, implica, isto sim, na efetivação em escala global dos pressupostos e potencialidades contidos originalmente no projeto capitalista de modernização, ou seja, a radicalização - em extensividade e intensividade - da própria **modernidade**. À aceitação de um ou outro pressuposto, aqui necessariamente tipificando (com certo reducionismo proposital) a querela em curso, corresponde uma posição específica: estamos na transição a um novo tipo de cultura (no sentido amplo da noção), por ora cunhada de **pós-moderna**, ou vivemos uma nova fase de efervescência da cultura **moderna** mais intensa e universalizante - espécie de **alta-modernidade**?

Não obstante o enfrentamento teórico entre as duas correntes de pensamento, o que se faz notório observar é que, curiosamente, *al di là* das posturas antinômicas, parece existir um “acordo” que unifica as “tipologias beligerantes”: **há que se superar os paradigmas desenhados pelas ciências sociais clássicas para se poder chegar a dar conta dos ‘novos tempos’**; a inteligibilidade dos fenômenos que se impõem à agenda acadêmica não mais pode ser suficientemen-

te mapeada com o instrumental teórico legado por Marx, Durkheim ou Weber, cujos limites heurísticos inerentes a conceitos ou tipos-ideais forjados entre meados do século XIX e primeiras décadas do atual (e mesmo suas concepções de “história” e “sociedade” cunhadas em “preconceitos iluministas”) se mostram incapazes de elucidar os recentes desdobramentos dos processos em curso e a natureza institucional das novas estruturas em gestação. A efetividade de um mundo que se torna **mundo**, isto é, a dimensão da **mundialidade**, a plasmar novos patamares de sociabilidade e institucionalidade, parece representar o **corte epistemológico** a partir do qual as teorias clássicas passam a ser questionadas no seu alcance heurístico (e metodológico) e em suas formulações teóricas substantivas, hipoteticamente ultrapassadas pelos novos fatos, passando em função disso a ficarem tendencialmente relegadas à condição de meros resíduos iluministas do século XIX.

2 PROBLEMATIZANDO A TESE DA OBSOLESCÊNCIA DOS CLÁSSICOS A PARTIR DE ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA: T. KUHN E K. POPPER

A polêmica, no fundo, como é por exemplo o caso da tensão referida entre “pós” e “neo-modernos”, parece querer introduzir um conjunto de questões que, para seus arautos, não encontrariam eco nos cânones epistemológicos da sociologia tradicional, a qual não mais responderia suficientemente, enquanto **paradigma** (no sentido kuhniano de esquemas conceituais que definem os objetos de investigação e os trajetos à sua apropriação teórica), aos “fatos novos” colocados na ordem do dia pela sociedade da informática e mundialização. A pretensão subjacente às críticas dirigidas

aos clássicos, quer na condição de “meta-teóricos”, quer na de “reducionistas ontológicos”, teria que desaguar, logicamente, na necessidade de construção de um **novo paradigma** - tarefa por essas correntes concebida como o desafio maior das ciências sociais hoje - com seus redirecionamentos de objeto e formulações conceituais mais apropriadas à apreensão da “global village”, de Mc Luhan e Owers (1989), ou, se se preferir (o “cardápio” é variado), da “era da manipulação”, de Key (1993) ou do “monopólio da mídia”, de Bagdikian (1993). O sentido do debate em causa, em última instância, representaria a luta pela hegemonia de um novo modelo paradigmático para as ciências sociais nos bastidores do terceiro milênio.

A questão é: **com a crise de reestruturação do capitalismo mundial e sua transição para uma nova ordem (seja qual for a acentuação atribuída à sua ‘natureza’), estaria decretada *pari passu* a crise dos paradigmas clássicos das ciências sociais? Os sinais de esgotamento teórico-metodológico dessas matrizes do pensamento moderno seriam tão visíveis ao ponto de indicar o início do fim de uma etapa da história das idéias políticas e sociais ainda com ‘resquícios’ dos ideais mais ‘nobres’ do Iluminismo? Ou, colocando em outros termos: a afirmação de que a potencialidade teórico-epistemológica das teorias clássicas se encontra esgotada perante o ‘fato’ da mundialidade, apresenta evidências suficientemente fundamentadas para que possa merecer validação científica?**

Na travessia do “maremoto”, um primeiro problema pode ser argüido, qual seja: até onde, e independentemente a que “porto” as correntezas conduzam as frágeis embarcações de nossa inteligibilidade, as coordenadas intrínsecas do “mapa” em disputa, no ímpeto de identi-

ficar *transmits* alternativos - ou seja, “populações de conceitos que são submetidos sempre a uma ampla variação e que estão constantemente sendo selecionados, ou não, de acordo com sua aplicabilidade” (Hawthorn, 1982, p. 15) - esquadriham margens que fazem pensar estarmos entrando num contexto de mudanças de “matriz disciplinar” (no caso, sociológica) que, numa acepção kuhniana (Kuhn, 1978), poderia ser denominado de “período pré-paradigmático”?¹

A julgar pela aparência dos fatos, considerando os confrontos, insatisfações, dúvidas, teses e contra-teses em disputa - que, expressos nos já insondáveis rios de tinta e de saliva despendidos ao longo das três últimas décadas, vem incitando a comunidade mundial dos cientistas sociais a repensar o mundo em sua nova fase de evolução - fica evidente uma das pré-condições requeridas por Kuhn à caracterização de um período “pré-paradigmático”²: a frequência de debates de amplo espectro a respeito de métodos, problemas e padrões de solução legítimos que passam a ser considerados necessários por uma dada comunidade científica ao enfrentamento de novos tipos de fenômenos que, por razões diversas - e segundo seu julgamento - parecem não mais caber nos cânones conceituais do(s) paradigma(s) ainda em uso. A tese da “pós-modernidade”, por exemplo, ao identificar um conjunto de acontecimentos por ela reconhecidos como fenômenos histórica e sociologicamente originais **por natureza** (isto é, em relação a contextos históricos anteriores nos quais não se faziam presentes), não estaria apontando alguma coisa que remete a uma noção muito cara a Kuhn (1978, p. 78), que é a de “consciência de uma anomalia”, ou seja, o reconhecimento de que, de alguma maneira, a “natureza” (aqui, histórico-social) violou as expectativas paradigmáticas que governavam os

modelos científicos tradicionais? Neste caso, ao tentar “desconstruir” a legitimidade das “grandes narrativas” (teorias totalizantes), não estariam os teóricos “pós-modernos” forjando a elaboração de novos instrumentos de análise capazes de recolocar o enfoque sobre o “real” em outros parâmetros que os previamente estabelecidos, os quais, caso mantidos, conduziram a resultados diferentes daqueles pretendidos, impedindo que as “novidades” (captadas apenas pelo “novo olhar”) possam vir a ocorrer?

“Quando mudam os paradigmas, mudam com eles o próprio mundo”. Para Kuhn, todas as crises na ciência iniciam com o obscurecimento de um paradigma e o conseqüente relaxamento das regras que orientam a pesquisa normal³. Em primeiro lugar, as “anomalias” (fatos novos não considerados relevantes pelo paradigma em questionamento) **deslocam a atenção dos observadores para outros feixes da realidade, alterando o objeto de análise**; conseqüentemente, outros conceitos terão de ser criados em correspondência aos fenômenos que passam a ser analisados, reestruturando a lógica de abordagem e, portanto, as “peças do jogo” e suas regras de manuseio. As novas “alteridades” pretendidas pela teoria da pós-modernidade, ou as especificidades institucionais da “alta-modernidade” reconhecidas por aqueles que defendem a ótica oposta, encaixam-se perfeitamente na noção kuhniana de “anomalia”; e as soluções-padrão legadas pela teoria clássica, anteriormente aceitas, passam a ser questionadas.

Mas estaria, na verdade, o mundo mudando ao ponto de produzir “anomalias” à perspectiva e/ou ótica tradicionalmente vigentes? Ou seria a vontade de mudar os “óculos” que estaria mudando o mundo? Dito de outra maneira: se é a vontade (inclusive **política**) - ainda que também movida por questões de natureza

lógica - de uma comunidade científica (a capacidade de persuasão de um segmento dessa comunidade sobre o restante de pares) o que determina uma “revolução científica”, como saber antecipadamente o resultado da correlação de forças numa determinada conjuntura? Marx, por exemplo, teve seu reconhecimento como “pai-fundador” do que alguns (como Sartre) consideraram a “filosofia insuperável de nosso século” apenas *a posteriori* - certamente inclusive (ou fundamentalmente) pelas repercussões sociais e políticas notórias de seu pensamento. Pela mesma lógica, não podemos também saber, *a priori*, se os clássicos caducaram (ainda que em parte)! Mesmo porque - o próprio Kuhn lembra - a situação de crise de um paradigma não implica, necessariamente, a sua superação, podendo terminar de três maneiras: a) absorção e resolução dos novos problemas levantados pela “ciência normal” em uso (isto é, pelos métodos inerentes ao paradigma questionado) - por vezes, para desespero daqueles que, alvoroçadamente, pretendiam sua caducidade; b) persistência dos problemas (“anomalias”) a novos padrões de resolução, mesmo aos experimentos mais transversalmente radicais de abordagem - causando, neste caso, o adiamento do enfrentamento das questões por instrumentos metodológicos futuramente melhor elaborados; c) a emergência de nova(s) proposta(s) potencialmente paradigmática(s), concebida(s) em padrões epistemológico-metodológicos alternativos, que irá(ão) batalhar por sua aceitação e legitimação (Kuhn, 1978, p. 115-116). No caso, as teses “pós” e “neo” modernas emergidas e em franca efervescência podem representar a terceira possibilidade indicada, assim como a retomada dos clássicos e sua “atualização” - caso legitimada num contexto seguinte - indicaria a consubstanciação da primeira alternativa. O problema é que,

para Kuhn (1978, p. 116-117), o período de transição que demarca um momento de crise é justamente caracterizado por “uma grande coincidência (embora nunca completa) entre os problemas que podem ser resolvidos pelo antigo paradigma e os que podem ser resolvidos pelo novo”, ainda que ocorram diferenças no tocante aos métodos de solução. Uma outra dificuldade vem acrescentada ao desafio de se tentar uma boa “radiografia” de um período de provável transição paradigmática: para o filósofo-historiador, jamais um novo paradigma é reconhecido até que a crise seja superada, ou seja, quando ele emerge - ao menos embriónariamente - a própria crise ainda não se instalou, não foi assimilada enquanto tal. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que, para o autor, são os elementos de **poder** (força) que acabam sendo determinantes, em última instância, pela ocorrência ou não de uma “revolução científica” - e essa dimensão da análise kuhniana, certamente, é a que oferece mais atrativos à razão sociológica, pois fornece elementos teóricos que permitem inferir questões que são capitais para o acabamento do raciocínio que permeia os objetivos da investigação pretendida.

Mas se uma crise é somente proporcionada pelo questionamento de um (ou mais) paradigma(s) após um fracasso na resolução de problemas novos revelados dentro das regras e padrões científicos vigentes, até que ponto o “fracasso” apregoado dos pensadores clássicos das ciências sociais (grandes teorias construídas entre a segunda metade do século XIX e primeira do XX) - em oferecer instrumentos teórico-metodológicos adequados à “leitura” dos efeitos da mundialização - decorre de um esforço persistente em esgotar todas as suas potencialidades paradigmáticas à elucidação dos novos problemas? Será que se insistiu em todas as soluções possíveis do

“quebra-cabeça” permitidas pelas “regras” dos paradigmas ainda vigentes? Até onde não serão os sentimentos de fracasso das utopias - e não as potencialidades epistemológicas dos edifícios teóricos - os fatores que fazem “acreditar” (pela necessidade de novas utopias ou pelo niilismo) nas limitações do(s) paradigma(s) tradicional(is)? Ainda na lógica da “sociologia da Sociologia”, não estariam os problemas concretos e os resultados das grandes mudanças (o impacto da situação externa⁴), mais pelos seus efeitos simbólico-políticos que por dificuldades teórico-metodológicas de sua interpretação, sustentando a sensação de “crise” dos cânones sociológicos? A vontade de persuasão para uma “virada teórica” é definida pela necessidade de encontrar-se “respostas adequadas”, por métodos (novos) adequados, aos desafios interpelativos do presente, ou por uma “camuflada desculpa” como “saída intelectualizada” às constatações frustrantes de um “dever” que não realizou (no tempo e forma esperados) os sonhos utópicos mais legítimos?

Ainda que, dialeticamente raciocinando, os elementos constitutivos desses vários questionamentos possam ser considerados, eles próprios, expressão reflexa da própria crise, no mínimo como exercício lógico deveriam ser confrontados com outras apropriações hodiernas dos clássicos, tudo com o objetivo de fermentar melhor a reflexão e derivar outras hipóteses, como a de que, caso redirecionada e redimensionada a “leitura” sobre os paradigmas “tradicionais”, poder-se-ia, no interior de seus universos teóricos e potencialidades epistemológicas, encontrar os instrumentos adequados (e atuais) à compreensão/explicação dos fenômenos históricos recentes, bastando para isso recuperar e/ou atualizar conceitos e noções **no âmbito das próprias regras epistemológicas dadas.**

Da mesma forma que Kuhn, ainda que assentadas em concepção divergente sobre a forma de conceber a lógica de construção e desenvolvimento do conhecimento científico, as formulações de Karl Popper podem aqui também servir de base a este exercício preliminar de questionamento da tese da falência dos clássicos, permitindo outros feixes e ângulos de abordagem da problemática.⁵

Tenha-se, por exemplo, presente que, à primeira vista, a polêmica em causa estaria a levantar uma série de questões incidentes diretamente sobre os pressupostos **lógicos** da teoria clássica, a qual, em tese, ao estar compactada em bloco de enunciados concebidos a partir de uma realidade ainda muito circunscrita e localizada do capitalismo - ainda não "mundializado" e "pré-cibernético" - teria construído conceitos hoje de alcance duvidoso (senão obsoleto) e heurísticamente limitados, impedidos assim de elucidarem todo um conjunto de fenômenos, estruturas e processos de uma sociedade de *ethos* societário "globalizado", que não mais se restringiria a uma simples coleção de nações ou estados-nação nas suas interrelações de bi ou multilateralismo, imperialismo e dependência, internalidade e externalidade, em relação à qual categorias como **indivíduo, classe, povo, nacionalidade, partido político, hegemonia**, teriam de ser "desencaixadas" de seus significados prévios para novos "reencaixes" heurísticos (no caso de sobrevivência). Claro está que essa exacerbação do raciocínio é proposital, com o intuito de colocar em luz o alcance lógico possível da crítica endereçada aos clássicos pelos arautos da pós-modernidade (e, num certo sentido, pelos **neo-modernos**), nas suas várias versões e ramificações, discurso este que apresenta toda uma logicidade interna e que tem suscitado problemas de ponderável repercussão no meio da comunidade ci-

entífica, preenchendo assim o primeiro pré-requisito exigido por Popper para que um tema adquira interesse científico. Como deixou bastante claro em sua *Lógica das Ciências Sociais* (1978, p. 15), o ponto de partida de qualquer teoria científica é sempre um **problema**, importando o ato sensitivo de observação apenas se este propõe à razão um "problema", ao individuar na realidade observada "algo" que conflita com as expectativas acostumadas a um determinado padrão de "leitura". Contudo, não basta formular o problema; resta experimentar possíveis soluções, isto é, construir um sistema teórico coerente que permita tirar conclusões por meio de dedução lógica e que essas sejam submetidas a um rigoroso exame crítico, que para Popper implica, em última instância, o teste da "falseabilidade". Em outras palavras, o que demarca para o filósofo austríaco a validade de um sistema teórico, do ponto de vista científico, não é tanto a prova de sua **verificabilidade** através da experimentação de enunciados singulares dedutíveis do edifício lógico mais geral proposto, quanto o teste de sua **refutação** por meio de confrontação lógico-empírica com outros enunciados passíveis de contraposição.

Uma proposição só será "verdadeira", para Popper, se ela corresponder aos **fatos**, pela adequação lógica da asserção à realidade inferida. A aspeção do termo **verdade** não se dá ao acaso. Popper não acredita, ontologicamente falando, em verdades **absolutas** em si, sendo neste sentido bastante "socrático". A idéia de "objetividade da verdade" é emprestada do matemático e lógico Alfredo Tarski⁶ e corresponde a um ponto de vista estritamente **lógico**, resultando do debate entre vários referenciais teóricos⁷ dentre os quais uma corrente de pensamento, teoria ou alguma síntese alternativa, por poder lógico intrínseco,

apresentaria uma maior capacidade explicativa da questão em causa pelo fato de apresentar enunciados mais próximos do real (mais resistentes logicamente ao teste da falseabilidade); ou, nos termos de Lakatos (1979, p. 150), um maior “excedente de corroboração”. Popper acredita num avanço progressivo do conhecimento na decifração dos mistérios do mundo e do universo, ainda que sempre por “aproximação da verdade”:

em ciência, à diferença do que acontece na Teologia, é sempre possível o confronto crítico das teorias concorrentes, dos referenciais que competem entre si. E a negação dessa possibilidade representa em equívoco. Na ciência (e só na ciência) podemos dizer que fizemos progressos genuínos e que sabemos mais agora do que sabíamos antes (Popper, 1979, p. 70).

Mas a teoria de Popper sobre a lógica da investigação científica não se reduz a um mero jogo “lógico” entre enunciados, resolvido por critérios reduutivamente idealistas. É certo que o teste lógico-formal constitui-se em momento necessário (e preliminar) de prova da consistência de uma teoria, tanto que quando são discriminadas pelo filósofo quatro diferentes momentos da prova metódica de um enunciado, os três primeiros passos correspondem a verificações de ordem estritamente **lógica**: a) a coerência interna do sistema enunciado, pela comparação lógica das conclusões umas às outras; b) a investigação da **forma** lógica da teoria (se é científica ou meramente tautológica); c) a comparação com outras teorias, por embate entre lógicas distintas. Entretanto, um último teste é **fundamental**, sem o que tais esforços preliminares carecem de legitimidade de *per se* para garantir a um enunciado o status de “verdade científica”: a **comprovação empírica**, a verificação da correspondência da teoria às exigências da prá-

tica, da observação experimental - enunciados particulares (“predições”) são associados logicamente à teoria geral e submetidos à prova empírica (Popper, 1959). Somente após esse “ritual” é que uma teoria poderá ser cientificamente aceita (ao menos provisoriamente) ou rejeitada; no primeiro caso, se as conclusões singulares forem empiricamente **comprovadas** (passaram no teste da falseabilidade), no segundo, **falseadas** com sucesso. Sob este aspecto, Popper é um pensador de raízes kantianas, uma vez que está preocupado não com todo tipo de conjectura logicamente possível, mas apenas aquelas que corresponderiam ao mundo dos fenômenos observáveis (e não do **numeno** metafísico), passíveis de objetivação pelo que se denomina de **método empírico**, o conhecimento testado e sistematizado a respeito do “mundo real”, sensitivo e experimentalmente acessível ao sujeito cognoscente. À pergunta: como identificar o sistema que representa nosso mundo da experiência, responde: *by the fact that it has been submitted to tests, and has stood up to tests* (Popper, 1959, p. 39). Coerência e consistência lógicas mais teste experimental, constituem-se, assim, os elementos centrais constituintes do método científico para Popper.

Levando-se, agora, em consideração as teses **pós** e **neo-modernas** (resguardadas suas diferenças e antíteses) relativas à dinâmica da sociedade mundializada neste final de milênio - segundo as quais esta apresentaria fenômenos “novos” (como os anteriormente relatados) que, por sua natureza, estariam a revelar singularidades que não mais encontrariam correspondência conceitual adequada nos clássicos, (pela limitação heurística dessas teorias em lidar com as “novidades” anunciadas) - caberia então um exercício de “falseabilidade” e que certamente teria de partir, antes de tudo, de um exame crítico de sua consistência lógica interna

e do confronto com as próprias teorias que criticam, para somente então, em caso de “resistibilidade lógica”, estabelecer-se o teste da evidência empírica.

Creio que isto remeteria a uma série de dificuldades. Primeiramente, no tocante à consistência lógica interna da(s) proposição(ões), constituir-se-ia um exercício extremamente minucioso e demorado àquele que se propusesse a testar a coerência e consistência das teses em questão - isto extrapolaria os objetivos limitados da presente digressão. Como “atalho estratégico”, pode-se partir da suposição que tal logicidade já está aceita *a priori* na razão direta do longo debate que já se trava desde o final da década de 70 sobre o tema, o qual provavelmente já ter-se-ia esgotado (ou não evoluído) caso tal requisito mínimo de “cientificidade” não houvesse sido observado - a literatura sobre a questão é farta e apresenta matizes e colorações para todos os gostos. O problema maior teria que ser, então, enfrentado, segundo a lógica popperiana, num outro patamar: o que corresponde ao contraste entre teorizações de argumentos antitéticos, ou seja, à verificabilidade da “superioridade” de uma(s) em relação à(s) outra(s) pelo teste da falseabilidade.

Aqui entra-se, contudo, numa outra dimensão de dificuldade e que toca um ponto nevrálgico para Popper e que corresponde ao que se poderia indicar como “permeabilidade” das ciências (incluídas as “sociais”) aos **juízos de valor**, às influências ideológicas. Quanto a este aspecto, sua percepção é construída a partir da crítica à transposição mecânica e ingênua de um determinado modelo metodológico das ciências naturais para a análise da realidade social, fundado na crença de que esse garantiria o ideal da “objetividade científica”, ao que denomina de “naturalismo” ou “cientificismo”. Segundo Popper (1978, p. 17):

Existe a equivocada e errônea abordagem metodológica do naturalismo ou cientificismo, que frisa que está na hora das ciências sociais aprenderem das ciências naturais o que é método científico. Este naturalismo equivocado estabelece exigências tais como iniciar com observações e medidas; isto significa, por exemplo, começar por coletar dados estatísticos; prossegue, logo após, pela indução a generalizações e à formação de teorias. Declara-se que, através deste caminho, você se aproximará do ideal da objetividade científica, na medida em que isto é possível nas ciências sociais.

O que tem em mira Popper, com este argumento, não é apenas fazer a crítica do indutivismo (enquanto método de elaboração de proposições científicas), como realçar um outro aspecto que se torna central quando desenvolve suas reflexões sobre a possibilidade do conhecimento científico da sociedade: tal qual nas ciências naturais (enquanto conhecimento controlado por critérios rígidos da razão), as ciências **sociais** são também permeáveis aos **juízos de valor**, “(...) apenas nos casos mais raros - arremata o filósofo - pode o cientista social libertar-se do sistema de valores de sua própria classe e assim atingir um grau mesmo limitado de ‘isenção de valores’ e ‘objetividade’” (Popper, 1978, p. 17).

De fato, se por um lado o filósofo descarta qualquer possibilidade de aceitação da postura (que reputa como “absurda”) do **relativismo metodológico** - concebido enquanto “historicismo” ou “sociologismo” que nega a existência de qualquer “verdade objetiva”, ao amparar-se na idéia de que toda formulação “científica” não passa de pontos de vista determinados por variáveis de natureza sociocultural (como as classes sociais) - o que tem em mira quando discute a lógica das ciências sociais é exatamente aquela perspectiva diametralmente oposta,

a do ideal “behaviorístico”, que crê no “mito da objetividade”; postura essa que, para Popper, far-se-ia progressivamente hegemônica nos meios acadêmicos, pelo menos naqueles ligados à tradição anglo-saxã⁸.

Para Popper, a objetividade da ciência não depende dos cientistas individuais (sujeitos, via de regra, às intempéries e idiosincrasias dos interesses particularistas de diversos matizes), mas unicamente de uma **‘tradição crítica’ que torna possível o embate teórico com outra(s) tradição(ões)**. Sendo o assunto científico nada mais que um “conglomerado de problemas e soluções tentadas” (Popper, 1978, p. 18-19), demarcado de forma artificial por esquemas circunscritos a tradições (escolas) científicas, é a **possibilidade da crítica recíproca** entre as teses em disputa, isto é, o “resultado social (...) da divisão hostil-amistosa de trabalho entre cientistas” (Popper, 1978, p. 18-19), sua cooperação/competição, o que se constitui no **único critério** dessa “objetividade”, cuja “verdade” expressa sempre é temporária e permanentemente sujeita à superação. Neste sentido, como a ciência (em qualquer de suas expressões) está sempre em “crise” (porque tensionada pelas disputas entre “tradições”), a noção de “crise” perde, em Popper, a centralidade que tem para Kuhn, assim como aquela de “ruptura”. São determinantes **sociais**, decorrentes da competição, da tradição, do papel exercido pelas instituições (incluindo-se o Estado), que mediatizam a prática da ciência e fazem ser superados, com o tempo, as proposições teóricas que não subsistem ao “drama” dos “ritos de passagem”, estabelecendo-se assim, em cada circunstância (ainda que de forma tensa e temporária), “verdades objetivas” - sempre, porém, passíveis de crítica. É o conjunto dos pares que, pela crítica, controla os interesses extra-científicos dos

indivíduos, filtrando ao final do processo de testes apenas os valores “puramente” científicos.

Toda essa digressão, que recupera apenas um aspecto da teoria popperiana sobre a **objetividade científica**, torna-se imprescindível enquanto contraponto na reflexão proposta pelo presente argumento, na medida em que a sustentabilidade da tese da falência das bases teórico-epistemológicas clássicas só poderia manter-se como “verdadeira” uma vez confrontada com a tradição à qual ela justamente se contrapõe, isto considerando-se, sobretudo, a alta carga de “juízos de valor” (pontos de vista ideologicamente transversos e interesses) que perpassam o debate em causa.

Aqui aparece um terceiro nível de dificuldade, qual seja: as diferentes teses buscam referendar suas proposições não simplesmente num jogo abstrato de idéias coerentemente concatenadas, mas em **fatos verificáveis pela observação e experimentação**, selecionados, organizados e interpretados por recortes teóricos que reivindicam sua legitimidade exatamente por apoiarem seu ponto de vista racional, seu “locus epistemológico”, em bases **empíricas**. São inúmeros os exemplos concretos que servem de ilustração ao que os autores conceituam como “desterritorialização”, “desencaixe”, “fragmentação”, “mundialização”, “cibernetização”, etc. O problema reside em que, no caso, a “base empírica” pode ser tomada por óticas as mais diversas e trabalhada segundo visões que remetem, por procedimentos lógico-dedutivos distintos (e mesmo opostos), a resultados extremamente diferenciados. Ainda assim, pelos argumentos de Popper, ter-se-ia que buscar, pelo embate teórico, a “vitória” (ainda que momentânea) de algum referencial que se demonstrasse “melhor e mais espaçoso”⁹ logicamente superior, sem o que se poderia cair na tentação do

relativismo. Isto remete à necessidade de dar-se um novo passo: **o da discussão crítica e comparativa entre os vários referenciais.**

Como o cerne da polêmica aqui considerada é a falência/limitação dos clássicos enquanto paradigmas, explicativos/interpretativos do **real-atual**, um bom teste seria então colocar a questão ao avesso, ou seja, se lhes é negada, total ou parcialmente, a potencialidade heurística de explicação/compreensão dos fenômenos atuais (sejam esses quais forem), precisaria ser demonstrado que:

1) **os fenômenos indicados como 'novidade' - como é o caso dos processos e estruturas mundializados - não são, evidentemente, tratados ou vislumbrados pelos clássicos;**

2) **ainda que conceitualmente os clássicos não apresentem categorias que possam ser consideradas satisfatórias à interpretação desses fenômenos em toda a sua complexidade e singularidade, seus próprios fundamentos teóricos (que Lakatos chamaria de 'núcleo central') e bases epistemológicas são também incapazes de inspirar heurísticamente (de forma direta) novos avanços do conhecimento sobre os fenômenos em questão.**

O "teste empírico" residiria, assim, não na falseabilidade por conjecturas respaldadas no mundo da dinâmica social concreta (devidamente referidas nos ensaios pós e neo-modernos), mas por conjecturas formuladas a partir do vasto material que constitui as obras clássicas, isto é, suas inferências lógicas internas, seus pressupostos teóricos, seu legado conceitual, suas teses substantivas e suas influências diretas em teorias recentes que abordam o fenômeno da "sociedade global". Dito de outra maneira: se a tese dos pós e neo-modernos sobre a "novidade" dos fenômenos sociais contextualizados no plano da sociedade mundializa-

da respalda-se, dentre outros fundamentos, naquele da incapacidade da teoria clássica em responder às especificidades da nova materialidade social e explicá-la, haveria que ser provado que esses fenômenos indicados não encontram, **de fato**, respaldo nesse referencial teórico. Idéias e categorias como: "saber instrumental", "saber-mercadoria", "domínio da informação" como nova fonte de poder, "fragmentação" dos processos vitais (Lyotard) ou "desencaixe", "reencaixe", "reflexividade", "poder supranacional" (Giddens), ter-se-ia que provar **inexistirem inclusive como noções** nos textos clássicos e, ao mesmo tempo, que estes não mais estariam baseando ou inspirando novas teorias sobre o mundo contemporâneo e seus fenômenos atuais.

A "base empírica" teria que ser buscada (para efeitos do teste de falseabilidade) na própria bibliografia clássica colocada em questionamento por refutação lógica, seja nos seus fundamentos axiomáticos últimos (pelos pós-modernos), seja, pelo menos em parte, no seu potencial heurístico (pelos neo-modernos). Isto significa dizer que as proposições pós e neo-modernas, no que tange à crítica dos clássicos, teriam que sobreviver à crítica lógica contrária, por contradição proposicional, construída a partir da **(re)leitura dirigida e seletiva dos próprios clássicos, tematizada pelas mesmas questões que fundamentam a sua negação heurística.** No caso de ficar provado, logicamente (e com recurso a exemplificações empíricas), que os clássicos apresentam pelo menos noções a partir das quais constroem proposições que remetem a uma elucidação desses fenômenos considerados "novos", tematizando-os de alguma forma; ou ainda, no caso de ficar demonstrado que uma significativa literatura apoiada nos clássicos está sendo produzida hoje, exatamente por considerar (e demonstrar) que sua

potencialidade heurística é atual e imprescindível para decifrar o mundo contemporâneo, conseqüentemente estarão lançadas as bases para o questionamento **racional** da validade daquelas teses, enquanto se reivindicarem teorizações que supostamente avancem **em substância** e de maneira original o conhecimento do real¹⁰. Para Popper, a impossibilidade ou recusa a esse diálogo racional impediria o debate científico e poderia resultar em “choques” de conteúdo meramente ideológico.

Um bom exemplo desse exercício proposto poderia ser o seguinte: **para se pretender ‘verdadeira’ a premissa defendida pelos pós-modernos de que o recurso aos clássicos (às metateorias) não mais permite obter-se instrumentos teóricos capazes de iluminar a análise da sociedade contemporânea fragmentada, de alteridade atomizada pelos circuitos da comunicação e da informática, ter-se-á então que demonstrar que naquela bibliografia não há conceitos, noções e/ou proposições que se refiram a tal evidência formulada.** Caso contrário, se a conclusão for falseada por demonstração satisfatória, então a premissa carecerá de “objetividade” suficiente para reivindicar-se qualquer “superioridade” teórico-heurística *a priori*. No máximo poder-se-á reconhecer a deflagração de uma nova competição científica entre teses e tradições opostas em ativa tensão na arena da Academia, nunca uma “vitória” de um “referencial melhor e mais espaçoso”, pois na versão de Popper (1978, p. 27):

a lógica dedutiva é não só a teoria da transmissão da verdade das premissas à conclusão, mas é, também, ao mesmo tempo, a teoria de retransmissão da falsidade da conclusão até, ao menos, uma das premissas.

Como se pode notar, antes de

submeter-se a um longo, complexo e contínuo exercício de debate crítico, qualquer proposição que se reivindicasse a aura de “verdade objetiva” não passaria de tentativa ideológica desprovida do rigor científico necessário à sua confirmação. E, certamente, as teses da obsolescência dos referenciais sociológicos clássicos não fogem à regra!

3 POR UMA REVISÃO SEM REVISIONISMOS: OS CLÁSSICOS NA ORDEM DO DIA

Ora, se é problemático para as ciências sociais, hoje, fixarem-se de forma “calcificada” nos clássicos, descurando da necessidade de se pensar criticamente e, assim, renovar noções e conceitos, adequando-os incessantemente às características sempre mutáveis de um objeto em permanente transformação - como é a realidade social - da mesma forma a negação do valor epistemológico desses “monumentos teóricos”, sob pretexto de que nada mais teriam a oferecer de fundamental diante da hipótese de que o objeto da Sociologia mudou (não mais exprime as características sociais peculiares ao século XIX e primeira metade do XX), pode redundar num monstruoso equívoco de feições fetichizantes muito mais sutis. É nesse sentido que Elisa Reis, contrariamente à tese da obsolescência, ratifica a percepção de Alexander (1987) da “eterna volta aos clássicos” que se estaria processando no interior do “novo movimento teórico” das ciências sociais. Diz Reis (1987, p. 36):

se se reconhece o caráter argumentativo da Teoria Social, ou seja, sua função discursiva-persuasiva, além daquelas de explicação e previsão, então a capacidade de articular um discurso de convencimento, na boa tradição pós-positivista, é instrumento poderoso da própria teorização e é isso que torna tão valioso o recurso aos clássicos.

Ao invés da negação, uma releitura de Marx e Weber (como tantos outros autores clássicos), enriquecida pela história do século XX, é que parece constituir-se num **programa de pesquisa** prioritário e intransferível; não para novas mitificações ou mistificações, mas para se melhor apreender suas alavancas teóricas elucidativas da dinâmica da modernidade, patrimônio epistemológico que funda toda uma ontologia social que ainda serve de base e referência paradigmática aos esforços mais honestos de teorização da realidade social contemporânea.

A **hipótese central** é que em autores como Marx e Weber **existe uma teoria da mundialização/globalização (ora explícita, ora implícita) ainda insuficientemente mapeada e avaliada, cujo peso teórico não apenas é capaz de propiciar releituras de suas principais teses sobre o capitalismo, o socialismo e a história do século XX (incluídos os recentes fatos ligados ao fim da União Soviética), como torná-los autores extremamente atuais e imprescindíveis ao exercício de deslindamento dos acontecimentos inerentes à posta sociedade globalizada deste final de milênio.** Em conseqüência - e uma vez isso provado - boa parte das teses pós e neo-modernas careceriam de fundamentos teóricos convincentes em relação ao que apontam como obsolescência dos clássicos.

Boa parte da tradição sociológica que neste século se dedicou a empreender uma análise comparativa das obras desses dois **pais-fundadores**, optou por confrontá-las preferencialmente em seus fundamentos filosóficos/epistemológicos/metodológicos, tentando identificar, sobretudo, suas diferenças - tarefa por certo intransferível e necessária no contexto dos embates acadêmicos inspirados por conjunturas históricas muito particulares. A marcação, assim, das distâncias e hiatos entre ambos, pare-

ce ter sobressaído como sentimento dominante ao final desse longo trajeto, ficando a exegese dialógica dos temas comumente abordados, ainda que em parte elaborada por alguns comentaristas, uma tarefa por certo inacabada. A idéia de que Marx e Weber, ainda que por caminhos metodologicamente distintos (e que alguns chegam a julgar, problematicamente, antagônicos), tenham chegado a conclusões semelhantes a respeito do capitalismo - seu objeto central e comum de investigação - só faz reforçar a necessidade de um diálogo mais apurado entre suas teses mais **substantivas** (os elementos históricos e teóricos mais moleculares de tipificação do capitalismo enquanto formação social historicamente singular, controlando-se, no caso, a noção de **mundialidade** presente nas várias formulações e sua relação com os demais fatores arrolados nessas sistematizações teóricas), e que se impõe como premissa básica para qualquer diálogo crítico *a posteriori* com as teses da obsolescência.

Bastaria lembrar aqui, *en passant*, alguns momentos capilares (ora consagrados, ora esquecidos) desses monumentos do pensamento moderno, para se perceber a clarividência e perspicácia teóricas (e decorrente potencialidade heurística) com que esses intelectuais constroem sua visão de modernidade, da dinâmica social capitalista destinada a dominar o mundo e realizar a **civilização global**. O recurso a cada obra tomada em separado, ou mesmo a tentativa de identificação de campos de interseção e encontros teóricos entre ambas - num diálogo possível para além das diferenças e tensões presentes nas fronteiras das matrizes de cada paradigma - por certo oferece material extremamente precioso ao enfrentamento de temas que hoje estão colocados na agenda das ciências sociais.

Apenas a título de ilustração - já que um esforço mais "exegético" da te-

mática será objeto do próprio trabalho de investigação previsto - poder-se-ia destacar rápida e aleatoriamente breves e curtos trechos colhidos no âmbito da obra maior dos dois autores, verificando-se sua aguda afinidade lógica com algumas temáticas/assuntos atualmente relevantes e em debate nos círculos acadêmicos - e reforçando a justificativa para um tal empreendimento.

O que dizer, por exemplo, desse trecho de *O Dezoito Brumário*, senão que a noção do tema da **mundialização** já se faz presente em Marx?

O período burguês da História tem de criar a base material do novo mundo - por um lado, o intercâmbio universal, baseado na dependência mútua da humanidade e os meios desse intercâmbio; por outro, o desenvolvimento das forças de produção do homem e a transformação da produção material num domínio científico das atividades naturais. A indústria e o comércio burgueses criam as condições materiais de um novo mundo, da mesma maneira que as revoluções geográficas criaram a superfície da terra.

O trecho a seguir de *Trabalho Assalariado e Capital*, ainda de Marx, não retrata o tema hoje tão debatido do chamado "desemprego estrutural"?

Vemos assim como o método de produção e os meios de produção se alargam e revolucionam constantemente, como a divisão do trabalho arrasta necessariamente atrás de si maior divisão do trabalho, o emprego de maquinaria maior emprego de maquinaria... Se agora consideramos a agitação febril tal como ela opera no mercado do mundo inteiro, estaremos em posição de compreender como o crescimento, a acumulação e a concentração do capital trazem consigo uma subdivisão do trabalho ainda mais pormenorizada, um desenvolvimento ainda maior de máquinas antigas e uma aplicação

constante de novas máquinas - processo que prossegue ininterruptamente, com velocidade febril e em escala cada vez mais gigantesca... Os generais (os capitalistas) disputam uns aos outros a possibilidade de despedir o maior número de soldados industriais... quanto mais aumenta o capital produtivo, tanto mais ele amplia a divisão do trabalho e a aplicação da maquinaria... se o capital cresce rapidamente, a concorrência entre os trabalhadores cresce com rapidez ainda maior, isto é, os meios de emprego e subsistência da classe trabalhadora decrescem em proporção ainda mais rapidamente.

Mas Max Weber, em sua *História Econômica Geral*, também visualizou o fenômeno!:

Porém o processo de mecanização sempre se colocou em prática com o objetivo de reduzir a mão-de-obra; cada nova invenção significa que o trabalhador manual, em grandes massas, resulta substituído por um pequeno núcleo de trabalhadores servidores das máquinas. Por fim, graças à associação com a ciência, a produção de bens econômicos se emancipa das travas que a ligavam à tradição.

O que dizer dos *Grundrisse*, de Marx, em antecipar há mais de 100 anos o tema da automação?

Fábrica ... em sua aceção mais rigorosa, implica a idéia de um vasto autômato, composto de numerosos órgãos mecânicos e intelectuais que operam conjuntamente e sem interrupção, para produzir um mesmo objeto, estando subordinados a uma força motriz que se move por si mesma... São órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força objetivada do conhecimento. O desenvolvimento do capital fixo revela até que ponto o conhecimento ou saber social geral se convertem em força produtiva imediata, e, portanto, até onde as condições do processo da vida social mesma su-

bordinaram-se ao controle do intelecto geral e foram remodeladas conforme o mesmo... até converter-se em processo automático.

“Burocracia”, “Democracia”, “Institucionalidade Moderna”, temas tão em moda, não são objeto deste ensaio de Weber sobre burocracia?

A burocracia acompanha inevitavelmente a moderna democracia de massa em contraste com o Governo autônomo democrático das pequenas cidades homogêneas. Isso resulta do princípio característico da burocracia: a regularidade abstrata da execução da autoridade, que por sua vez resulta da procura de ‘igualdade perante a lei’ no sentido pessoal e funcional... Burocratização e democratização dentro da administração do Estado, portanto, significam e aumentam os dispêndios em dinheiro do tesouro público... Isso não se aplica apenas às estruturas do Estado. Pois não é por acaso que, em suas organizações, os partidos democráticos de massa romperam completamente com o Governo dos notáveis baseado nas relações pessoais e na consideração pessoal... Os partidos democráticos de massa são burocraticamente organizados sob a liderança dos funcionários partidários, dos secretários profissionais de partidos e sindicatos, etc.

E a propalada “novidade” pós e neo-moderna do tema do “desencaixe” e da “desterritorialização”, de alguma forma já não fora embrionariamente vislumbrado por Marx neste trecho de *A Ideologia Alemã*, de 1845?

Esta ‘alienação’ - para que nossa posição seja compreensível para os filósofos - só pode ser abolida mediante duas condições práticas. Para que ela se transforme num poder ‘insuportável’, quer dizer num poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário que tenha dado origem a uma massa de homens totalmente ‘privada de propriedade’, que se encontre si-

multaneamente em contradição com um mundo de riqueza e de cultura com existência real; ambas as coisas pressupõem um grande aumento da força produtiva, isto é, um estágio elevado de desenvolvimento. Por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que implica já que a existência empírica atual dos homens decorra no âmbito da história mundial e não no da vida local) e uma condição prática prévia absolutamente indispensável, pois, sem ele, apenas se generalizará a penúria e, com a pobreza, recomeçará paralelamente a luta pelo indispensável e cair-se-á fatalmente na imundice anterior. Ele constitui igualmente uma condição prática *sine qua non*, pois é unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtivas que é possível estabelecer um intercâmbio universal entre os homens e porque, deste modo, o fenômeno da massa ‘privada de propriedade’ pode existir simultaneamente em todos os países (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das perturbações dos restantes e fazendo com que finalmente os homens empiricamente universais vivam de fato a história mundial em vez de serem indivíduos vivendo numa esfera exclusivamente local.

Eis que temas da atualidade, como: dinâmica e crise capitalista, automação e desemprego estrutural, democracia e institucionalidade moderna, ocidentalização e mundialização, “desencaixe” e “desterritorialização”, e tantos outros, encontram nos escritos clássicos não apenas “ressonância”, bem como marcos referenciais preciosos à reflexão científica, muitas das vezes com um poder de atualidade que beira o sentido de “profecia”.

Ao contrário da tese de sua obsolescência, o vigor e a atualidade do potencial epistemológico clássico tem sido também vislumbrado em alguns trabalhos elaborados ao longo dos últimos

anos, dentre os quais pode ser destacado, por exemplo, aquele de Harvey (1993), cuja perspectiva, buscando interpretar fatos, sentidos e tendências da sociedade mundial em seu atual processo de constituição histórico-institucional, suscitou questões de significativa repercussão nos meios científicos e mesmo fora da Academia. A despeito das críticas que lhe possam ser dirigidas, tal contribuição alçou constituir-se em marco referencial relativamente a inúmeros aspectos e dimensões próprios da polêmica sobre “pós-modernidade”, “modernização” e “globalização”. O que é importante destacar, para os objetivos da presente reflexão, é o **recurso aos clássicos** exercitado por este autor (particularmente a Marx), em diversos momentos de suas argumentações, identificação essa que, se amplificada, atinge as bases do próprio alicerce sobre o qual estão erigidas as principais linhas de sua construção teórica. E mesmo que, em certos aspectos, a tradição herdada mereça hoje refinamentos, uma eventual limitação ou mesmo caducidade de certas noções e/ou conceitos clássicos, com seu sentido tradicional de significação, necessariamente não condena os pressupostos ontológicos de uma teoria social, nem sua validade epistemológica. Antes, certamente são a capacidade heurística, a solidez e o alcance dos axiomas lógico-filosóficos que sustentam uma teoria geral, a razão de sua fecundidade e atualidade, na medida em que permitem reelaborações constantes do universo conceitual, ora redimensionando e/ou reavivando significados outrora consolidados (e por vezes menosprezados), ora recriando ou inovando categorias analíticas mais afinadas com os novos “movimentos” ou “estruturas” do real.

A tese de Harvey é um exercício contínuo desse “tratamento dialético” da Teoria. Os caminhos que percorre para sustentar suas conclusões - sintetizadas

na idéia de que, não obstante as abissais mudanças que, a partir do início da década de 70, verificaram-se nas práticas culturais, políticas e econômicas a nível mundial, tais ocorrências, quando confrontadas com as regras básicas da acumulação capitalista, não sugerem qualquer transformação mais essencial da sociedade industrial da “mais-valia” para alguma outra suposta “pós-industrial” ou “pós-capitalista” - pontificam inúmeros momentos de “reverência” à atualidade de Marx (e mesmo de Weber), enquanto “fonte(s)” que ainda emana(m) uma luminosidade capaz de radiografar, para além das aparências fenomênicas, as estruturas e sentidos mais profundos dos processos e ações sociais inerentes a esse momento histórico de ocaso milenar. Ao contrário de Giddens - que acusa os paradigmas clássicos de serem incapazes de reconhecer a “multidimensionalidade” institucional da modernidade - Harvey (1993) evidencia, em sua leitura das mesmas fontes, o **oposto**, atribuindo exatamente aos filósofos modernos (no rol dos quais se incluem Marx e Weber) a tarefa de terem feito ruir as pretensões (note-se bem!) de representação **unívoca** da história e das dimensões sincrônicas do real herdadas do “século das luzes”:

O projeto do Iluminismo (...) considerava axiomática a existência de uma única resposta possível a qualquer pergunta. Seguiu-se disso que o mundo poderia ser controlado e organizado de modo racional se ao menos se pudesse apreendê-lo e representá-lo de maneira correta. Mas isso presumia a existência de um único modo correto de representação que, caso pudesse ser descoberto (e era para isso que todos os empreendimentos matemáticos e científicos estavam voltados), forneceria os meios para os fins iluministas. Assim pensavam escritores tão diversos quanto Voltaire, D'Alembert, Diderot, Condorcet, Hume, Adam Smith,

Saint-Simon, Auguste Comte, Matthew Arnold, Jeremy Bentham e John Stuart Mill (...) Mas depois de 1848, a idéia de que só havia um modo possível de crescentemente contestada e terminou por ser substituída por uma ênfase em sistema divergentes de representação (...) As mudanças por certo foram afetadas pela perda da fé na inelutabilidade do progresso e pelo crescente incômodo com a fixidez categórica do pensamento iluminista (...) O movimento social contestava cada vez mais a unidade da razão iluminista e inseriu uma dimensão de classe no modernismo (...) A compreensão tinha de ser construída por meio de exploração de múltiplas perspectivas. Em resumo, o modernismo assumiu **um** perspectivismo e um relativismo múltiplos com sua epistemologia (grifo nosso) para revelar o que ainda considerava a verdadeira natureza de uma realidade subjacente unificada, mas complexa (p. 35-38).

Ao que tudo parece - isto se constitui também uma hipótese de trabalho - as características que, por seu turno, os pós-modernos reivindicam como típicas da sociedade "pós-industrial", há mais de um século pertencem ao patrimônio imaginário do "velho Marx", o qual, observando tão simplesmente o alvorecer da sociedade industrial moderna, com agudeza, perspicácia e talento incomparáveis, deduziu o sentido de seu "devir civilizatório", antecipando os "acabamentos" futuros dessa imensa construção histórica, e para quem, certamente, o juízo pós-moderno não passaria de delírio ou mesmo de mero adjetivo semântico resultante das vicissitudes da avalanche globalizante da modernidade, tão bem sintetizada nesta passagem dos Grundrisse, selecionada por Harvey (1993, p. 106-107).

Assim sendo, o capital cria a sociedade burguesa e a apropriação uni-

versal da natureza, bem como o próprio vínculo social entre os membros da sociedade. Daí decorre a grande influência civilizatória do capital; sua produção de um estágio da sociedade em comparação com o qual todos os estágios anteriores parecem meros desenvolvimentos locais da humanidade e idolatria da natureza. Pela primeira vez, a natureza se torna para a humanidade mero objeto, mera questão de utilidade, cessando de ser reconhecida como um poder em si mesma¹¹; e a descoberta teórica de suas leis autônomas parece somente um artifício destinado a subjugar-la às necessidades humanas... O capital impele para além das barreiras e preconceitos nacionais e do culto da natureza, bem como [para além] de todas as satisfações tradicionais, confinadas, tolerantes e incrustradas de necessidades presentes e da reprodução de velhos modos de vida. Ele destrói tudo isso e revoluciona constantemente, fazendo ruir por terra todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das necessidades, o desenvolvimento total da produção e a exploração e intercâmbio de forças naturais e mentais.

A idéia, portanto, é a de que uma ampliação das reflexões sobre a obra de Marx, somadas as contribuições de Weber, permitiria identificar a presença, nos clássicos, de uma teoria da mundialização extremamente atual e potencialmente capaz de fornecer a explicação/compreensão para uma gama considerável de fenômenos que apenas recentemente têm sido empiricamente evidenciados pela institucionalização da sociedade globalizada.

Portanto, antes de uma eliminação precipitada, reler os "clássicos", reinterpretá-los à luz dos acontecimentos presentes e vice-versa, eis uma tarefa inadiável, inclusive à sua **superação dialéti-**

ca - e não mera negação, que pode estar fundada numa visão ideológica preconceituosa e míope. Também aqui, parafraseando Ianni, é como se a história (das idéias sociológicas) começasse novamente.

Nunca é demais lembrar que, para muitos autores contemporâneos, como Adam Schaff (1993), ao contrário dos que negam tal identidade, os fenômenos hodiernos **materializam com uma clareza quase clássica os fundamentos mais relevantes das doutrinas 'tradicionais'** (p. 33).

O deslocamento do olhar, por certo, não deve significar um descolamento de retina. Seja Weber, seja Marx, como bem notou Harvey (1993, p. 107), "descreve(m) processos sociais que agem no capitalismo caracterizados por promover o individualismo, a alienação, a fragmentação, a efemeridade, a inovação, a destruição criativa, o desenvolvimento especulativo, mudanças imprevisíveis nos métodos de produção e consumo (desejos e necessidades), mudança da experiência do espaço e do tempo, bem como uma dinâmica de mudança social impelida pela crise" - todas temáticas e noções que os "pós" e "neo" modernos, como Lyotard e Giddens (ainda que de ângulos opostos), não reconhecem aos clássicos os devidos créditos.

A crítica de Harvey (1993, p. 107), de conotação **ontológica**, de alguma forma não deixa de ser **antológica**:

Se essas condições de modernização capitalista formam o contexto material a partir do qual pensadores e produtores culturais modernos e pós-modernos forjam suas sensibilidades, princípios e práticas estéticos, parece razoável concluir que a virada para o pós-modernismo não reflete nenhuma mudança fundamental da condição social. A ascensão do pós-modernismo ou representa um afastamento (se assim podemos chamar)

de modos de pensar sobre o que pode ou deve ser feito com relação a essa condição social, ou reflete uma mudança na maneira de operação do capitalismo em nossos dias.

Se a globalização, ao dinamizar por séculos infinitas **quantidades** de processos e relações sociais até alterar **qualitativamente** a substância societária do mundo, está alterando, em consequência, a **natureza** do objeto das ciências sociais, isto não significa que o novo prisma de abordagem histórico-sociológica requerido, com os desafios epistemológicos inerentes, esteja a condenar, necessariamente, os postulados da Teoria clássica. Ao contrário, talvez a mesma lógica dialética que apreende o movimento do real-concreto precise ser internalizada ao tratamento da Teoria, ou seja, uma revisão honesta dos clássicos, a esta altura da história, se promovida e sustentada por uma **quantidade** suficiente de estudos, talvez também alterasse **qualitativamente** a percepção do alcance de seus escritos e do sentido último (e mesmo mais essencial) de seus objetivos e contribuições.

Parsons (1974, p. 172) dizia que "devemos esperar que algo que se aproxime de uma fase 'culminante' do desenvolvimento moderno esteja (ainda) bem distante... (sendo portanto) prematuro falar de uma sociedade 'morta'"; sua expectativa era de que "a principal tendência do século seguinte ou mais tempo ainda, será para a complementação do tipo de sociedade que denominamos 'moderna'". Quem sabe, mais atuais do que nunca, Marx e Weber venham ainda ser os autores mais requisitados à vanguarda do pensamento; os decodificadores mais importantes dessa "alta-modernidade" que inaugura o século XXI?

O diagnóstico do nosso tempo - para parafrasear Karl Mannheim - conti-

nua em aberto e sob “exame clínico”. O emaranhado de problemas da sociedade contemporânea, antes de requisitar soluções singulares e isoladas, continua a desafiar e a sugerir renovadas críticas da “razão pura” e “prática”, para além das conquistas das novas revoluções científicas e tecnológicas. A encruzilhada, ao final do milênio, é uma interseção de caminhos sinuosos com presságios e mistérios: a abundância e a fome, a democracia e o totalitarismo, o bem-estar e a miséria, a paz e a guerra, a vida e a morte. Por certo, para cruzar a longa marcha do “devir”, à humanidade, não obstante suas insondáveis vicissitudes, caberá empunhar em cada mão o “binóculo” que aproxima o futuro e o “retrovisor” que memoriza o passado. Mais do que “patologias” ou “receitas”, as diversas perspectivas teóricas que têm buscado diagnosticar os rumos da modernidade não passam de **sintomas** da própria crise global, que no fundo é a crise do Homem diante da própria imagem refletida no espelho da História. Diante deste quadro, há (e haverá) posturas que, arraigando-se aos fantasmas de um passado que já não existe, abrem mão do “binóculo” e se tornam míopes diante das transformações reais do mundo, do “novo”, da emergência de uma sociedade globalizada que “apresenta desafios empíricos e metodológicos, históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias, diferentes interpretações” (Ianni, s/d, p. 1). Por outro lado, há (e haverá) também as que, em contrapartida, jogam com facilidade o “retrovisor” na lata de lixo e, negando o potencial dos instrumentos de leitura e lições herdadas do passado, confundem os contornos dilatados dos fatos sociais, figurativamente distorcidos nas retinas de sua própria miopia, como novidades que nada têm a ver com a “natureza” do contexto histórico precedente. Se a exacerbação das mio-

pias podem ter o mérito de chamar atenção para aspectos da realidade que, sem tal amplificação, careceriam da necessária problematização, correm porém o risco de selecionar reagentes falaciosos (e sem o devido teste) ao equacionamento dos ingredientes ainda insuficientemente classificados pelos conhecimentos tradicionais dessa “química social”.

Por certo, tanto uma ortodoxia ideologizada dos pensadores clássicos como uma heterodoxia exacerbada e inconsistente (espécie de dautonismo ideológico que confunde as cores do real) que proclama o fim da modernidade e a falência das meta-teorias, apresentam viéses problemáticos que, se radicalizados, podem conduzir à cegueira irreversível. De alguma forma, esse embate, revestido de linguagem científica, pode esconder razões ideológicas mais arraigadas a interesses políticos nem sempre transparentes à superfície dos acontecimentos ou mesmo esforços desesperados de busca de algum brilho de estrela em meio à escuridão secular que, segundo Fukuyama (1992), fez de todos nós, protagonistas do século XX, pessimistas históricos.

Morte ou ressurreição, obsolescência ou atualidade dos “clássicos”, parece ser matéria mais afeita aos “vírus” ideológicos a que estão sujeitas escolas e correntes científicas de toda época e lugar, que propriamente à maior ou menor consistência intrínseca de cientificidade dos argumentos presentes nos discursos. O pêndulo da balança sobre a qual pesa a recente e inesgotada polêmica sobre o sentido e natureza da (pós) modernidade, ora tende para um lado, ora para o outro, ao sabor das preferências e interesses que caracterizam a “comunidade de pares” no interior dos templos da Academia, cujos membros, por não serem deuses (ainda que por vezes se sintam nos púlpitos do Olimpo), sofrem freqüentemente os desvios da ausência da “neutralidade axio-

lógica" desejada.

Ao que tudo indica, pelo rumo dos acontecimentos mais recentes, (incluída a sensação de Kurz de que "nunca houve tanto fim"), nada garante o desfecho final, muito menos as sínteses possíveis de todo este debate, que continua envolvendo o que se convencionou chamar de "crise dos paradigmas das ciências sociais". E independentemente dos resultados hegemônicos futuros, seja no sentido kuhniiano de adoção pela comunidade científica de padrões alternativos de resolução epistemológica "revolucionária" (relativamente às concepções tradicionais), seja pela solução dos novos problemas suscitados mediante a utilização dos recursos epistêmicos disponíveis no próprio quadro das regras da "ciência normal" ainda em uso (isto é, pelo reforço do "cinturão de proteção" do núcleo central das teses clássicas atualizadas - diria Lakatos), o mérito maior de toda essa polêmica é colocar em questão certas conformações explicativas/discursivas cristalizadas pelo tempo e abrir outras possibilidades e perspectivas para a atualização desses paradigmas no contexto de um momento histórico que, no mínimo, estava a requerer maior ebulição, movimento e flexibilidade de idéias.

NOTAS

¹ A tese deste físico e historiador americano - hoje, sem dúvida, um marco epistemológico para o enfrentamento das questões relativas à filosofia e história da Ciência - centrada na idéia de que a evolução do conhecimento científico se processa não por um sentido linear e cumulativo de saberes, mas por "rupturas" com modelos teóricos (paradigmas) tradicionalmente hegemônicos no seio de uma determinada comunidade científica (ao que chamou de "revoluções científicas"), apresenta-se como quadro de referência bastante interessante para uma reflexão dos contornos nos quais se inscreve a polêmica em causa (Kuhn, 1978).

² Isto é, momento de crise de um modelo vigente de interpretação da realidade que demarca a possibilidade do surgimento de um novo paradigma analítico, forjado em novos padrões conceituais.

³ Por "pesquisa normal" ou "ciência normal", Kuhn entende o conjunto de práticas científicas que se desenvolvem no interior de certo padrão paradigmático estabelecido, ora confirmando ora atualizando e/ou ampliando o conhecimento daqueles fatos

que o modelo teórico aceita (e enxerga) como particularmente relevantes.

⁴ Que para Florestan Fernandes é o fator que preponderantemente determina que, no campo da sociologia, ao contrário da biologia, não se chegue a uma "unificação" empírico-teórica de métodos e objeto de conhecimento. Vd. sua obra *A Natureza da Sociologia*, Ed. Ática, São Paulo, 1980, p. 19.

⁵ Não se trata aqui de tomar partido de qualquer uma das perspectivas filosófico-analíticas citadas como opção metodológica de enfrentamento do problema, mas tão-somente utilizá-las como contraponto ao exercício preliminar de questionamento da "tese da falência", suscitando elementos que fertilizem a discussão e, ao mesmo tempo, sirvam de referência seja para a formulação de hipóteses de trabalho, seja como justificativa para a tematização da questão que é objeto do presente plano de estudos.

⁶ Intelectual frequentador do chamado "Círculo de Viena" no início do século e que muito influenciou o autor.

⁷ Popper renega a tese do **relativismo teórico** (ou da impossibilidade de diálogo entre posições racionalmente antinômicas), dando a esta postura a alcunha de "mito de referencial". Cf. K. Popper, *A ciência normal e seus perigos*.

⁸ Neste sentido, não passa desapercibida sua crítica às transformações ocorridas no campo do pensamento sociológico hodierno, na medida em que a sociologia, outrora considerada uma ciência altamente reflexiva e geral, então comparada à física teórica (e não por menos August Comte a cognominava de "Física Social"), estar-se-ia reduzindo a uma mera "técnica" descritiva de campos especializados, do saber (Cf. Popper, 1978, p. 18-19).

⁹ Popper admite que um cientista pode ficar prisioneiro do referencial de sua teoria; contudo, essa "prisão" não passaria de seu sentido "pickwickiano", podendo ser vencida a qualquer momento, uma vez admitido e tentado novos exercícios lógicos.

¹⁰ Para Popper, a impossibilidade ou recusa a esse diálogo racional impediria o debate científico e resultaria, necessariamente, em "choques" de conteúdo meramente ideológico.

¹¹ Aqui repousa, certamente, o conteúdo revolucionário positivo reconhecido por Marx ao capitalismo enquanto modo de produção que cria as bases para a possibilidade futura da desalienação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. Madrid: Editores Siglo Veintiuno da España, 1979.
- ALEXANDER, J. C. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Sociologia*, n. 4, 1987.
- BAGDAKIAN, B. H. *O monopólio da mídia*. São Paulo: Scritto, 1993.
- BOYER, R. *La théorie de la regulation: une analyse critique* [A teoria de regulação: uma análise crítica]. Paris: Payot, 1986.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HAWTHORNE, G. *Illuminismo e deses-
pero: uma história da Sociologia*.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- IANNI, O. A crise de paradigmas na
Sociologia. *Revista Brasileira de Ci-
ências Sociais*, n. 13, p. 89-99, 1990.
- IANNI, O. *Globalização: novo para-
digma das ciências sociais*. Trabalho
não publicado. São Paulo, s/d.
- KEY W. B. *A era de manipulação*. São
Paulo: Scritta, 1993.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções
científicas*. 2 ed. São Paulo: Pers-
pectiva, 1978.
- LAKATOS, I. O falseamento e a meto-
dologia dos programas de pesquisa ci-
entífica. In: Lakatos, I., Muscrave, A.
(Orgs.). *A crítica e o desenvolvi-
mento do conhecimento*. São Paulo:
Cultrix, 1979.
- MANLEY, M. *Desafio global: da crise
à cooperação, rompendo com o im-
passe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
1987.
- Mc LUHAN, M.; OWERS, B. R. *The
global village*. New York: Oxford
University Press, 1989.
- MICHALET, C. A. *O capitalismo mundi-
al*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PARSONS, T. *O sistema das sociedades
modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PIORE, M. J.; SABEL, C. F. *The second
industrial divide*. New York: Basic
Books, 1986.
- POPPER, K. *The logic of scientific dis-
covery*. New York: Basic Books, 1959.
- POPPER, K. *Lógica das ciências sociais*.
Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- POPPER, K. A ciência normal e seus
perigos. In: Lakatos, I. & Musgrave,
A. (Orgs.), *A crítica e o desenvolvi-
mento do conhecimento*. São Paulo:
Cultrix, 1979.
- REIS, E. Comentários ao artigo 'O novo
movimento teórico'. *Revista Brasilei-
ra de Sociologia*. n. 4, 1987.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*.
4 ed. São Paulo: UNEP/Brasiliense,
1993.